

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Senado e Câmara divergem sobre dosimetria e relação com o Supremo

O arquivamento sumário da PEC da Blindagem pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deixou o deputado Paulinho da Força (SD-SP), relator do PL da Dosimetria, pendurado no pincel, para usar um velho jargão sindical. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), havia planejado votar a proposta já na próxima terça-feira, com o mesmo rolo compressor que aprovou a PEC, mas as grandes manifestações de protesto contra a proposta e a recusa do Senado de endossá-la desorganizaram o bloco da impunidade.

Para Paulinho, nem na quarta-feira a proposta será votada. Tudo dependeria de um acordo com Alcolumbre, que não dá sinais de querer tratar do assunto por ora. "Precisamos resolver com o Davi (Alcolumbre). Só dá para dizer 'vamos votar' quando estiver acertado com o Senado", disse Paulinho. Estava prevista uma reunião de ambos e Motta, mas foi desmarcada.

Nos bastidores, o diagnóstico é de que houve quebra de confiança entre os dois chefes do Parlamento. Alcolumbre, que preside o Congresso e tem a prerrogativa de promulgar emendas constitucionais, está muito insatisfeito com o fato de a Câmara ter atropelado os senadores ao aprovar a urgência do PL da Dosimetria, um assunto que estava sendo discutido no Senado.

A iniciativa de transformar a anistia no PL da Dosimetria foi articulada por Paulinho, Aécio Neves (PSDB-MG) e o ex-presidente Michel Temer, que pretendem reduzir as penas dos condenados pela tentativa de golpe de 8 de janeiro. Paulinho chegou a sugerir, após reunião com a bancada do PT, que o apoio do governo à dosimetria poderia ajudar na aprovação da reforma do Imposto de Renda (IR). Mas Motta negou a vinculação. O relator do projeto agora busca apoio do PSD e do PCdoB.

Na próxima quarta, Motta pretende votar o projeto do governo que isenta do IR quem ganha até R\$ 5 mil. Já o PL da Dosimetria subiu no telhado. A proposta original era reduzir a pena de Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses, para dois anos de prisão domiciliar. Para os senadores, eleitos pelo voto majoritário e não o proporcional, a medida provocaria forte reação da sociedade e poderia representar um suicídio eleitoral. De cada três senadores por estado, dois disputarão a reeleição.

Falta combinar

A chave de qualquer mudança seria um entendimento entre Motta e Alcolumbre, que evitasse alterações do Senado e dispensasse retorno à Câmara. Mas, para isso, também seria preciso combinar com os ministros do Supremo Tribunal federal (STF). É aí que a presença de Michel Temer em campo faz algum sentido. Constitucionalista e padrinho da indicação de Alexandre de Moraes ao STF, tem competência para elaborar um projeto juridicamente perfeito, para evitar que uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ponha tudo a perder. No Supremo, a mudança de guarda na Corte não é o melhor momento para conversar sobre isso.

O ministro Luís Roberto Barroso encerrou seu mandato como presidente do STF ontem. afirmou que a Corte "cumpru bem" o papel de defender a democracia, mesmo com alto custo pessoal. Destacou que, em um mundo polarizado, o Congresso, muitas vezes, não legisla sobre temas sensíveis, e o Supremo precisa julgá-los. Ressaltou que, apesar das pressões, o arranjo institucional do país proporcionou 37 anos de estabilidade sob a Constituição de 1988.

Barroso também lembrou que o STF protegeu mulheres, negros, comunidade LGBT, pessoas com deficiência e povos indígenas. Em sua última sessão, foi homenageado pelo ministro Gilmar Mendes, decano da Corte, que se emocionou ao lembrar que, pela primeira vez, um ex-presidente e militares de alta patente foram condenados por tentativa de golpe. Gilmar classificou o período como dos mais complexos da história da Justiça brasileira. Ele também exaltou Alexandre de Moraes como figura central na defesa da democracia.

Na próxima segunda, o ministro Edson Fachin assumirá a presidência do STF, com Moraes como vice. Essa mudança sinaliza ajustes na atuação da Corte. Exemplo disso foi a decisão de Moraes que liberou o acesso de Carla Zambelli às redes sociais, antes bloqueadas por disseminação de desinformação e discursos de ódio. O ministro considerou que não há mais necessidade da restrição, impondo, porém, multa de R\$ 20 mil por dia em caso de reincidência.

A medida foi interpretada como gesto de que, após consolidar as condenações, Moraes pode aplicar certa flexibilização processual. Zambelli, condenada a 10 anos por invasão hacker a sistemas do Judiciário, segue presa na Itália, com pedido de extradição pendente. Já o ex-deputado Daniel Silveira, também condenado, aguarda decisão sobre progressão de regime, após autorização para fisioterapia.

O Supremo encerra um ciclo de enfrentamento duro e abre outro, que pode mesclar firmeza com pragmatismo. Há muitas críticas à atuação de Moraes por parte da oposição, mas os fatos demonstram que a democracia correu sérios riscos. O ministro foi decisivo para neutralizá-los. Além disso, ele acabou vitimizado pelas sanções que sofreu do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que tentou intimidá-lo.

PODER

Mal-estar no Congresso trava perdão a golpistas

Relator só deve apresentar parecer para beneficiar condenados quando temperatura baixar no Parlamento, após Senado enterrar PEC da Blindagem, aprovada na Câmara

» ISRAEL MEDEIROS

O mal-estar gerado entre Câmara e Senado pela derrubada da PEC da Blindagem travou as negociações em torno do PL da Dosimetria (antes chamado de PL da Anistia). Depois de uma semana intensa de negociações com partidos de diversos espectros políticos na Casa Baixa, o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que na semana passada havia previsto a votação de seu parecer até a última quarta-feira, se viu sem saída com o desgaste. A avaliação é de que não adianta aprovar um texto na Câmara que será derrubado ou totalmente modificado no Senado. O **Correio** apurou que o relator só vai apresentar um rascunho de seu parecer quando a temperatura entre ambas as Casas diminuir.

Foi para tentar contornar essa situação que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tentou reunir Paulinho da Força e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na última quarta. O encontro, que se daria em um jantar na casa do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi cancelado. Ainda não há nova data para a conversa, mas o parlamentar já retornou a São Paulo, seu estado de origem, o que praticamente inviabiliza um encontro até a próxima semana. Embora não tenha se reunido com Alcolumbre, Paulinho da Força foi até

Lula Marques/Agência Brasil



Paulinho da Força mantém reunião com partidos, mas está num impasse

a Residência Oficial da Câmara na mesma noite para falar com Motta.

Naquele dia, o deputado havia dito, depois de uma reunião com parlamentares governistas, que era preciso chegar rapidamente a um acordo sobre os termos do PL da Dosimetria, sob pena de a discussão atrapalhar a votação do projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. A fala pegou mal entre deputados próximos ao Planalto. Ontem, depois da conversa com Motta, Paulinho da Força mudou o discurso. Questionado pelo **Correio** sobre o assunto, negou que uma pauta

esteja condicionada a outra. "Isso não existe", pontuou.

Partidos de centro têm manifestado apoio à proposta, mas são os únicos. A bronca dos governistas com o texto se baseia na possibilidade de o texto, que passou a tratar das penas para os envolvidos no 8 de Janeiro, beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sentenciado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes. Essa é a intenção do relator. Se isso se confirmar em seu parecer, a pena do ex-chefe do Executivo pode cair quase pela metade. Já a ala bolsonarista

da Câmara diz não aceitar um texto sem anistia aos vândalos e também a Bolsonaro. O grande problema, segundo o relator, não é a costura de um acordo entre os lados opostos, é a falta de entendimento com o Senado.

Crise

Motta negou ontem haver uma crise com o Senado. Disse ter se encontrado com Alcolumbre no jantar na casa de Barroso na quarta-feira, mas afirmou que não tratou da PEC da Blindagem com o senador. Também alegou ter boa relação com o presidente do Congresso e entender que a rejeição de pautas aprovadas em outra casa legislativa é um processo natural da democracia.

"A Câmara cumpriu o seu papel, aprovou a PEC; o Senado entendeu que a PEC não deveria seguir. Nós temos um sistema bicameral. Cabe a nós respeitar a posição do Senado (...) Não tem sentimento de traição nenhum, até porque nós temos a condição de saber que não obrigatoriamente uma Casa tem que concordar em 100% com o que a outra Casa aprova", ressaltou Motta.

Ele disse não saber como anda o progresso de Paulinho da Força com os partidos. "Preciso de um pouco mais de tempo para poder entender qual é o sentimento da Casa e decidir sobre pautar ou não o projeto que está sendo relatado pelo deputado Paulinho da Força", disse.

Queda de braço sobre IR

Outro campo de batalha entre Câmara e Senado é na discussão da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Depois de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa Alta ter aprovado em caráter terminativo um projeto relatado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) na última quarta-feira (24), o deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do texto que tramita na Câmara, criticou o que chamou de oportunismo. Calheiros e Lira são velhos adversários políticos em Alagoas e miram a disputa por uma vaga no Senado no estado no próximo ano.

Ontem, Calheiros respondeu. Ao comentar uma notícia de que a aprovação do IR na Câmara estava condicionada à aprovação do PL da Dosimetria, alfinetou tanto Lira quanto o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sem citá-los diretamente. "O lado escuro da força volta a ameaçar a isenção do IR até R\$ 5 mil, vinculando-a a lobbies e teses inconstitucionais. O Senado priorizou a isenção e aprovou a proposta em uma semana, que está congelada na Câmara há sete meses pelos mesmos defensores da blindagem e da anistia", escreveu em seu perfil no X.

Embora tenha sido aprovado com mais rapidez, o texto relatado por Calheiros tem poucas chances de avançar na Câmara, já que Motta se comprometeu a não analisar textos alternativos ao enviado pelo governo. A aprovação, no entanto, rendeu louros políticos a Calheiros, já que a Câmara precisou acelerar a tramitação para não ficar para trás. A manobra irritou Lira. Seu parecer será votado na Câmara em 1º de outubro e, se aprovado, seguirá para o Senado. (IM)

Lembra do racionamento de água em 2016?

Este GDF acabou com a crise.



SAIBA MAIS.



Edileuza e seu filho, beneficiados pelas obras no GDF.

2016

2025

Para acabar com a crise hídrica no Distrito Federal, este GDF ampliou a rede de abastecimento, trouxe água de Corumbá 4 para diversas cidades e acaba de beneficiar 500 mil moradores com três grandes obras. Racionamento, nunca mais. **Porque este GDF foi lá e fez.**

